

PARECER JURÍDICO nº 502

REFERÊNCIA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025. CONCORRÊNCIA Nº 009/2025. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD). LEI Nº 13.146/2015 E LEI Nº 14.133/21. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PARTICIPAÇÃO EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES

Ao Setor de Licitação,

Ao Sr. Murilo Abrita.

RELATÓRIO

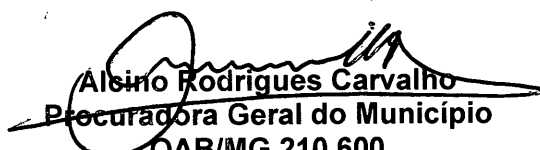
Trata-se consulta formulada pelo setor de Licitação, acerca da possibilidade jurídica de reservar vagas exclusivas para pessoas com deficiência (PCD) no edital da Concorrência Pública nº 009/2025, cujo objeto é a permissão remunerada de uso de espaços públicos para exploração de atividade econômica de comercialização de gêneros alimentícios.

CONCLUSÃO

Parecer Jurídico anexo exarado pelo escritório Myssior & Valadares e ratificado em sua integralidade por esta Procuradoria Geral do Município.

É o parecer.

Cataguases, 13 de agosto de 2025.


Alcino Rodrigues Carvalho
Procurador Geral do Município
OAB/MG 210.600

PARECER JURÍDICO Nº 4556

Solicitante: Município de Cataguases

Órgão: Procuradoria Geral

Assunto: Reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD) na Concorrência Pública nº 009/2025.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025. CONCORRÊNCIA Nº 009/2025. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD). LEI Nº 13.146/2015 E LEI Nº 14.133/21. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PARTICIPAÇÃO EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

I. CONSULTA

Questionamento: Consulta-nos a Procuradoria Geral do Município de Cataguases acerca da possibilidade jurídica de reservar vagas exclusivas para pessoas com deficiência (PCD) no edital da Concorrência Pública nº 009/2025, cujo objeto é a permissão remunerada de uso de espaços públicos para exploração de atividade econômica de comercialização de gêneros alimentícios.

Subsídios fornecidos: Para análise, foram encaminhados dois *prints* apresentados pela Sra. Katiana Ferreira, além da transcrição do requerimento feito à Administração Pública.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015, dispõe sobre medidas e garantias voltadas à promoção da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. No que se refere à inclusão no mercado de trabalho, a referida lei prevê a implementação, pelo poder público, de serviços e programas completos de habilitação e reabilitação profissional, com o objetivo de possibilitar que a pessoa com deficiência ingresse,

permaneça ou retorne ao mercado de trabalho, respeitando sua livre escolha, vocação e interesse, conforme disposto no art. 36¹.

2. Além disso, o Estatuto assegura que a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho deve ocorrer em **igualdade de oportunidades com os demais profissionais**, observando-se as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável do ambiente laboral, nos termos do art. 37², que também estabelece diretrizes para o trabalho com apoio e a articulação intersetorial das políticas públicas voltadas à inclusão.

3. Sob tal perspectiva, é clara a intenção do legislador de promover a efetiva inclusão social e profissional das pessoas com deficiência, garantindo-lhes, além do acesso ao mercado de trabalho, condições adequadas para o exercício de suas atividades em igualdade de oportunidades, a partir do suporte normativo que permite superar as barreiras que possam dificultar sua plena participação.

4. No que tange às licitações, o Estatuto da Pessoa com Deficiência promoveu importantes alterações na Lei nº 8.666/93, posteriormente revogada pela Lei nº 14.133/21, conferindo maior atenção à inclusão de PCDs nas contratações realizadas pela Administração Pública. Ainda na vigência da lei anterior, o art. 104³ do Estatuto incluiu regras que conferiam preferência de contratação de bens e serviços de empresas que comprovassem o cumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, impondo, ainda, a obrigação de manutenção dessas condições durante toda a vigência dos contratos.

5. Embora os dispositivos relativos à reserva de cargos para pessoas com deficiência tenham sido originalmente inseridos na Lei nº 8.666/93, a maioria deles foi incorporada pela Lei nº 14.133/2021, que avançou significativamente ao substituir a ideia de margem de

¹ Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

² Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

³ Art. 104. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações: [...]

preferência, prevista na legislação anterior, pela obrigatoriedade de cumprimento das cotas por todas as empresas licitantes.

6. A nova lei elimina a mera concessão de preferência, impondo a todas as empresas participantes da licitação a obrigação de comprovar o cumprimento das reservas legais de cargos para pessoas com deficiência, sob pena de inabilitação. Além disso, exige a manutenção dessas cotas durante toda a execução dos contratos públicos, podendo o contrato ser rescindido em caso de descumprimento:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:[...]

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. [...]

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
[...]

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; [...]

Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

[...]

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz. [...]

7. Assim, ao realizar procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve, obrigatoriamente, exigir que as empresas demonstrem estar cumprindo a legislação trabalhista relativa às cotas para PCDs, garantindo que os princípios de justiça social e isonomia sejam observados também nas contratações públicas.

8. Contudo, tais exigências incidem sobre o cumprimento das cotas no quadro funcional das empresas e **não implicam**, por si só, **reserva de espaços ou oportunidades exclusivas em licitações para pessoas com deficiência**, inclusive em procedimentos que permitem a participação de pessoas físicas, como é o caso de concessão ou permissão de uso de bens públicos para exploração econômica, objeto da Concorrência nº 009/2025 sob análise.

9. Sabe-se que o processo licitatório se destina à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o que, no caso específico da permissão de uso de bem público para exploração econômica, significa escolher a proposta que ofereça a maior contraprestação financeira, ou seja, o maior valor a ser pago ao Poder Público pela utilização do bem, observando critérios objetivos e o princípio da isonomia entre os participantes. Nesse contexto, **a instituição de reserva de vagas para grupos específicos, como as pessoas com deficiência**, configuraria restrição à competitividade e **somente poderia ser admitida mediante autorização legal** expressa, inexistente no ordenamento jurídico vigente.

10. À vista disso, ainda que a Administração Pública possa adotar medidas de incentivo e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tais ações devem respeitar os limites normativos, de modo que a criação de restrições ou reservas em editais, sem fundamento legal, viola os princípios da legalidade, impessoalidade e competitividade, previstos no art. 5º⁴ da Lei nº 14.133/21.

III. CONCLUSÃO

11. Pelas razões expostas neste parecer, esta assessoria conclui pela impossibilidade de imposição editalícia de reserva de vagas específicas para participação exclusiva de pessoas com deficiência em processos licitatórios, considerando a ausência de previsão legal nesse sentido.

⁴ Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

12. Tal conclusão reflete, exclusivamente, o posicionamento jurídico do Myssior e Valadares – Sociedade de Advogados e não envolve questões afetas à conveniência e oportunidade da matéria, razões pelas quais sua adoção é de responsabilidade do consulente.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2025.



André Myssior
OAB/MG 91.357



Lázaro Macedo Barbosa
OAB/MG 164.294



Pedro H. B. M. Valadares de Castro
OAB/MG 165.721



Bruna Félix Moreira Franco
OAB/MG 146.422



Thaís Luana Moreira Amaral
OAB/MG 224.269